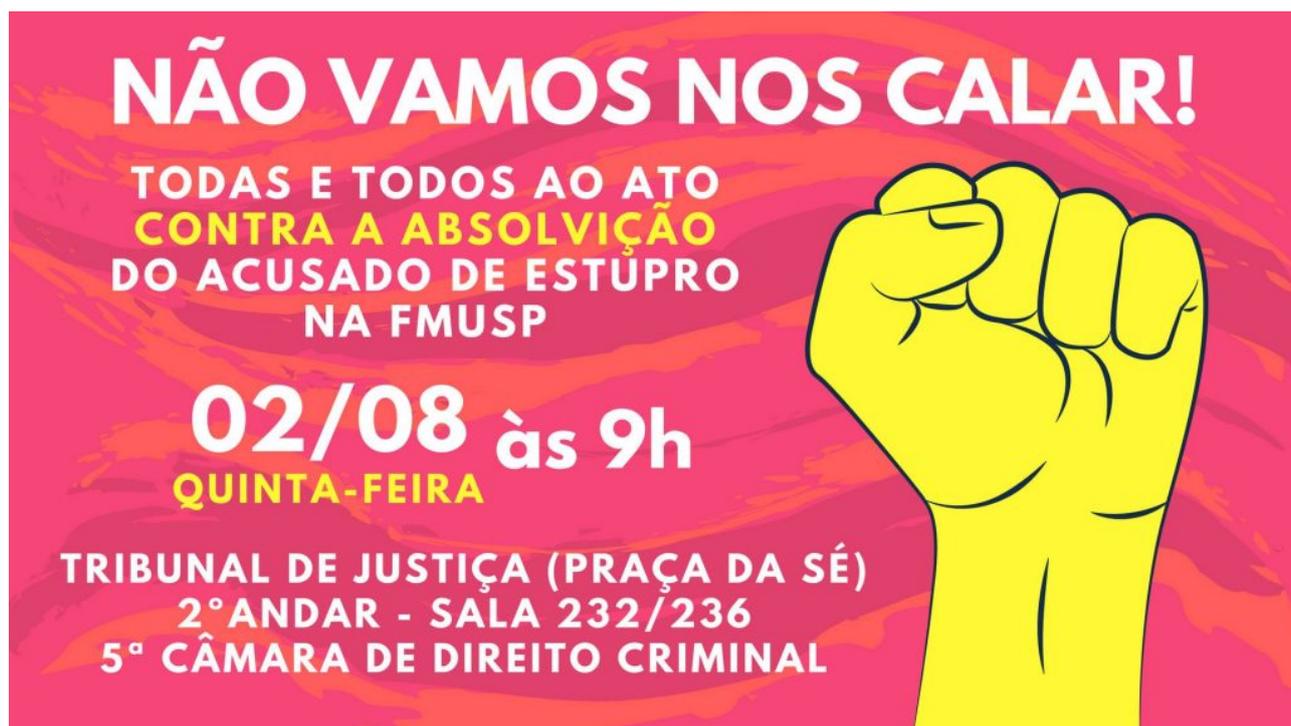


Ato no dia 02/08 denuncia impunidade e marca julgamento de estudante de medicina acusado de estupro

(Agência Patrícia Galvão, 31/07/2018) Na próxima quinta-feira, dia 2 de agosto, a sede do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) será ponto de encontro para um ato público pelo fim da impunidade em casos de estupro que está sendo convocado por diferentes coletivos de mulheres estudantes da Universidade de São Paulo (USP) e por professoras e pesquisadoras da Rede Não Cala, que se mobilizam pelo fim da violência sexual e de gênero na universidade. A data foi escolhida em razão do julgamento da apelação do emblemático caso de Daniel Tarciso da Silva Cardoso que, quando estudante da Faculdade de Medicina, foi acusado de dopar e estuprar uma estudante do curso de Enfermagem em 2012.

No chamado do ato, as organizações lembram que “o ex-aluno e atual médico é acusado de ter dopado e abusado de ao menos duas outras estudantes, que foram testemunhas no caso em questão”. Em primeira instância, porém, o então estudante foi absolvido e, depois de um período de suspensão pela universidade, formou-se médico, exercendo a profissão hoje em dia.



NÃO VAMOS NOS CALAR!

**TODAS E TODOS AO ATO
CONTRA A ABSOLVIÇÃO
DO ACUSADO DE ESTÚPRO
NA FMUSP**

**02/08 às 9h
QUINTA-FEIRA**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA (PRAÇA DA SÉ)
2º ANDAR - SALA 232/236
5ª CÂMARA DE DIREITO CRIMINAL**

Sua absolvição levantou mais uma vez o debate sobre a impunidade em casos de estupro, em que, muitas vezes, as provas materiais são difíceis de se obter, já que a violência sexual pode ser praticada sob ameaça ou efeito de substâncias que impedem a reação e o consentimento da vítima. A palavra das vítimas, nesses casos, seria o maior elemento comprobatório, mas infelizmente ainda é comum que elas sejam desacreditadas diante das discriminações históricas e culturais que atingem as mulheres, gerando a revitimização e até a culpabilização das vítimas e estimulando a perpetuação dos crimes, conforme apontam diversos especialistas no [Dossiê Violência contra as Mulheres](#).

Saiba mais sobre o caso:

[Justiça de SP absolve estudante de Medicina da USP acusado de estupro \(Ponte Jornalismo\)](#)
[Ex-aluno da USP acusado de estupro obtém registro de médico em Pernambuco \(Agência Brasil\)](#)

Os coletivos fazem um chamado para que toda sociedade participe do ato, às 9h no TJSP, no centro de São Paulo. Confira o texto do evento no Facebook na íntegra abaixo e acesse a página [neste link](#):

No dia 2 de agosto (quinta-feira) será julgada a apelação contra a sentença que absolveu no ano passado Daniel Tarciso da Silva Cardoso, o médico que, quando estudante da Faculdade de Medicina da USP, foi acusado de dopar e estuprar uma jovem estudante de Enfermagem. A CPI dos Trotes - criada em 2014 na Assembleia Legislativa para averiguar violações de direitos humanos nas universidades - constatou que ao menos 112 estupros foram cometidos no Quadrilátero da Saúde nos últimos 10 anos. Esse fato demonstra o forte enraizamento da cultura do estupro e da violência contra a mulher dentro da nossa Universidade, que por sua vez reflete a dura realidade do nosso país. O caso de Daniel é um dos tantos relatados durante essa CPI: o ex-aluno e atual médico é acusado de ter dopado e abusado de ao menos duas outras estudantes, que foram testemunhas no caso em questão.

Esse caso foi emblemático para a Universidade, levando à mobilização de diversos coletivos feministas para acompanhar a CPI e motivando a organização das professoras na Rede USP Não Cala. Nós, coletivos do Movimento Feminista da USP e a Diretoria de Mulheres do DCE, conjuntamente com a Rede USP Não Cala, convidamos todas e todos ao ato no Tribunal de Justiça de São Paulo para acompanhar o julgamento no dia 2 de agosto, às 9h. Não vamos nos calar! Pelo fim da cultura do estupro.

[ONU pede fim da impunidade para a violência de gênero](#)

Em pronunciamento em Nova Iorque para o [Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra a Mulher](#), lembrado no próximo 25 de novembro, o secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, defendeu a igualdade de gênero e o empoderamento feminino como soluções para as violações dos direitos das mulheres. Para o chefe da ONU, problema é sintoma de um patriarcado “pervasivo”.

(ONU Brasil, 24/11/2017 - acesse no site de origem))

“Em todo o mundo, mais de uma a cada três mulheres enfrentará violência ao longo de suas vidas; 750 milhões de mulheres se casaram antes de completar 18 anos e mais de 250 milhões foram submetidas à mutilação genital feminina”, lembrou o dirigente máximo do organismo internacional.

Além de ter impacto direto sobre a saúde física e psicológica das mulheres, a violência de gênero “afeta famílias, comunidades e sociedades inteiras”, acrescentou Guterres.

Descrevendo essas violações como o “sinal mais visível de um patriarcado e um chauvinismo pervasivos”, o secretário-geral alertou ainda que os crimes contra o público feminino

constituem uma barreira à realização dos direitos humanos e à promoção da paz e do desenvolvimento sustentável.

Para combater esse flagelo, a ONU conta com um fundo fiduciário específico, que já investiu, ao longo dos últimos 20 anos, 129 milhões de dólares em 463 iniciativas para acabar com a violência de gênero em 139 países e territórios.

O dirigente máximo das Nações Unidas também desenvolve a campanha *UNA-SE pelo fim da violência contra as mulheres*, que convoca cidadãos e cidadãs a eliminar esse tipo de violação. Dentro da iniciativa, o organismo internacional se soma também às mobilizações dos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres, projeto capitaneado pela ONU Mulheres e parceiros para promover atividades de conscientização do dia 25 de novembro até 10 de dezembro, Dia dos Direitos Humanos.

Também em Nova Iorque, a diretora-executiva da ONU Mulheres, Phumzile Mlambo-Ngcuka, criticou a normalização da violência de gênero, o que faz com que muitos crimes contra as mulheres não sejam percebidos como violações pela sociedade. “Simplesmente, isso se torna parte da vida”, lamentou a dirigente. A chefe da agência da ONU chamou todos e todas a reagirem para mudar o atual cenário.

“Estamos com as mulheres que buscam suas vozes e reúnem sua coragem para expor homens em posição de poder que agem de maneira predatória contra quem é menos poderoso”, enfatizou Phumzile. “Sanções e responsabilização são fundamentais para a mudança de comportamento e para que as próximas gerações sejam socializadas de modo diferente, de modo que elas saibam que isso não é aceitável.”

A dirigente lembrou os desdobramentos do movimento #MeToo (#EuTambém), que levou para as redes sociais milhares de depoimentos de mulheres que sofreram violência sexual. Segundo Phumzile, o fenômeno expôs como é assustador para vítimas falarem publicamente sobre experiências de abuso, sobretudo devido a uma “cultura em que não há consequências para crimes sexuais, o que deixa muitas mulheres atormentadas em silêncio”.

No próximo sábado (25), a ONU Mulheres convoca cidadãos e cidadãs, bem como instituições públicas e privadas a “pintar o mundo de laranja”, cor que simboliza a luta contra a violência de gênero. No Brasil, pontos turísticos serão iluminados para marcar a data e o início dos 16 Dias de Ativismo.

UNESCO faz apelo contra a impunidade

Também por ocasião do dia internacional, a diretora-geral da UNESCO, Audrey Azoulay, lembrou a origem da data. “Em 25 de novembro de 1960, três irmãs da família Mirabel foram brutalmente assassinadas na República Dominicana por razão do seu ativismo contra a ditadura. Esse foi o dia escolhido pelas Nações Unidas para o mundo se opor à violência contra as mulheres”, explicou em [mensagem divulgada às vésperas da ocasião](#).

A dirigente alertou que, quase 60 anos após o episódio, mulheres continuam sendo vítimas de agressores que, muitas vezes, não são penalizados pelos crimes cometidos.

“Meninas e mulheres são deixadas sem recurso ou sem justiça, forçadas a continuarem suas vidas sob ameaça, geralmente, lado a lado com seus algozes, enquanto estes desfrutam da impunidade”, criticou Audrey. “Isso não pode continuar. Nenhuma pessoa, comunidade ou

sociedade, hoje, deve aceitar tal violência.”

A chefe da UNESCO lembrou que o organismo internacional tem atuado para promover a igualdade de gênero, apoiando a elaboração de diretrizes globais para que ministros e gestores públicos abordem o problema da violência no campo da educação. Outra frente de atuação é a iniciativa *Women Make the News* (As Mulheres Fazem Notícia), que visa garantir a participação das mulheres nos meios de comunicação a fim de combater estereótipos na mídia sobre a população do sexo feminino.

Agências de Saúde da ONU lançam manual de prevenção

Para marcar a data, a Organização Mundial da Saúde ([OMS](#)) e seu escritório regional — a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) — lançaram um manual para melhorar a resposta dos sistemas de atendimento a situações de violência. Para ambos os organismos das Nações Unidas, as redes de serviços em saúde têm um papel fundamental não apenas no cuidado das vítimas, mas também na prevenção de novos episódios de agressão.

“Isso é considerado urgente porque pelo menos uma em cada três mulheres de 15 a 49 anos na América Latina e Caribe já sofreu violência física ou sexual de um parceiro”, alertou a assessora regional de violência familiar na OPAS, Alessandra Guedes.

A especialista ressaltou que a violência de gênero é um problema de saúde pública, uma vez que está associada a problemas como ansiedade, depressão, suicídio, gravidez não desejada, infecções sexualmente transmissíveis, HIV e consumo abusivo de bebidas alcoólicas.

Segundo Alessandra, os sistemas de saúde permitem tanto lidar com as consequências da violência para o bem-estar físico e mental, quanto conectar vítimas a serviços prestados por outros setores, como a justiça e a assistência social. Por isso, a saúde pode funcionar também como área capaz de evitar a recorrência de violações.

Para aprimorar a atuação dos profissionais de atendimento nessa frente de prevenção, [a OPAS e a OMS definem cinco passos para o trabalho com vítimas de violência de gênero](#) — a escuta atenta e empática da paciente; não julgar nem avaliar as experiências relatadas e demonstrar que entende e acredita na paciente; apurar necessidades e preocupações; melhorar condições de segurança; e apoiar o contato das pacientes com outros serviços.

Acesse o manual da OPAS e da OMS [clikando aqui](#).

Impunidade é regra em casos de abuso sexual, revela levantamento

No primeiro semestre de 2017 foram denunciados 127 casos de assédio sexual nos trens e no metrô de SP. Apenas um foi considerado estupro.

[\(Fantástico, 03/09/2017 - acesse no site de origem\)](#)

O caso de violência sexual dentro do ônibus em São Paulo movimentou o país. Principalmente porque o suspeito não foi considerado culpado pelo crime de estupro. A lei brasileira vê esses tipos de crime apenas como uma contravenção penal.

“Foi tudo muito rápido”, conta a vítima do ajudante de pedreiro Diego Ferreira de Novais, de 27 anos. Ele ejaculou no pescoço dela em um ônibus, na Avenida Paulista, na última terça-feira (29) e revoltou os passageiros. Era a 16ª vez que Diego havia sido flagrado cometendo esse tipo de abuso.

A polícia levou Diego preso. Mas em menos de 24 horas ele foi solto. O juiz que liberou Diego diz que não houve crime, e sim contravenção penal, um delito menor. Este tipo de ataque sexual é chamado de importunação ofensiva ao pudor. Na lei de 1940, em vigor até hoje, o ato não pode ser punido com prisão, e sim com uma multa estipulada em réis, moeda extinta há 75 anos. O ajudante de pedreiro Diego Novais acabou detido novamente no sábado (2). Desta vez, por estupro.

Um levantamento encomendado pelo Fantástico confirma: nesses episódios, a impunidade é a regra. No primeiro semestre de 2017 foram denunciados 127 casos de assédio sexual nos trens e no metrô de São Paulo. Apenas um foi considerado estupro. Em todos os outros, os abusadores foram liberados.

Mudar a lei é o que pretende uma proposta, hoje na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, que cria punição específica para os casos em que o ataque sexual é feito sem violência ou grave ameaça.

[Por que a impunidade persiste em casos de violência sexual em ambientes universitários](#)

Instituições de ensino protegem agressores e desvalorizam relatos das vítimas, segundo especialista da Rede Feminista de Juristas

[\(Nexo, 23/07/2017 - acesse no site de origem\)](#)

Em 2014, uma estudante da Universidade de Columbia, nos EUA, iniciou um protesto silencioso no qual carregava, sempre que andava pelo campus, um colchão de cerca de 25 quilos. A ação era uma resposta à forma, considerada insuficiente, como a instituição vinha lidando com a denúncia de estupro feita por ela contra um colega. O protesto de Emma Sulkowicz durou um ano. Ela levou seu colchão até para sua cerimônia de formatura, em maio de 2015.

Sulkowicz se tornou conhecida, ganhou manchetes e empatia de outros estudantes. O caso é emblemático em meio a uma série de denúncias de violência sexual nas universidades

americanas de maior prestígio – entre elas Berkeley, Stanford, além da própria Columbia – que vieram a público nos últimos anos.

O acusado de estupro, o estudante Paul Nungesser foi inocentado por uma comissão disciplinar de Columbia. Ele ainda processou a universidade, dizendo se sentir ora perseguido, ora ostracizado. Argumentou que a instituição de ensino endossou a acusação de Sulkowicz ao aceitar que ela obtivesse seu diploma de artes tendo como trabalho de conclusão de curso a “performance do colchão”.

Universidade e aluno entraram em um acordo no fim da segunda semana de julho. Em nota, Columbia disse que “reconhece que, depois da conclusão da investigação, o tempo restante de Paul na universidade se tornou muito difícil para ele e isso não é o que [a universidade] desejaria para nenhum de seus alunos”.

A violência sexual no ambiente universitário não é um problema exclusivamente americano. E o enfrentamento dessa violência é pouco eficaz também no Brasil, na avaliação da advogada e cofundadora da Rede Feminista de Juristas, Marina Ganzarolli. Ele envolve conscientizar os alunos sobre o tema, acolher as vítimas de forma adequada, apurar a acusação e, se for o caso, punir o agressor.

Violência sexual no meio universitário brasileiro

No mesmo ano em que a estudante de Columbia começou a chamar atenção para o problema da violência sexual no campus com seu colchão, em 2014, foi instaurada uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) na Assembleia Legislativa de São Paulo para investigar violações de direitos humanos nas universidades estaduais de São Paulo.

O objetivo da “CPI do Trote”, como ficou conhecida, era investigar relatos de homofobia, machismo, racismo e violência nos trotes e também duas acusações de estudantes da FMUSP, a Faculdade de Medicina da USP que denunciaram, em audiências públicas, terem sido estupradas por colegas em festas.

As investigações resultaram em dez denúncias formais de estupro. Seis delas dizem respeito à FMUSP. Dos dez casos, três resultaram em sindicância na universidade. O único aluno suspenso por decorrência da investigação foi Daniel Tarciso da Silva Cardoso, acusado de pelo menos seis casos de violência sexual por alunas e pelo Ministério Público de São Paulo pelo estupro de uma delas, estudante de enfermagem.

A suspensão de Cardoso chegou ao fim em setembro de 2016, permitindo que ele concluísse o curso de Medicina. Em fevereiro de 2017, ele foi também absolvido pela Justiça, e obteve seu registro médico em junho, pelo estado de Pernambuco. Cardoso não deu entrevistas e o processo permanece em sigilo, o que impossibilita ter acesso a sua versão.

Quais são as causas da impunidade

Em entrevista ao Nexo, a advogada e cofundadora da Rede Feminista de Juristas, Marina Ganzarolli, afirma que a impunidade dos crimes de violência sexual cometidos no contexto universitário é um reflexo da impunidade que cerca a violência sexual de maneira geral.

“Na verdade, [a impunidade] não persiste só na universidade, persiste no mundo e no sistema de justiça. A universidade não está em Marte, ela simplesmente reflete a falta de respostas

eficazes para o enfrentamento da violência, principalmente da violência sexual”, disse Ganzarolli. “Hoje a gente tem instrumentos legais excelentes para o enfrentamento da violência. Mas elas não são eficazes, porque há barreiras institucionais que são produto de uma barreira cultural”.

Segundo a advogada, no entanto, essas barreiras ficam mais evidentes na estrutura da universidade, “precisamente porque ela é extremamente hierarquizada e burocratizada”.

“[A violência] fica muito evidente no meio universitário porque ele dispõe de mecanismos internos de visibilização, diferentemente, por exemplo, de empresas, que não têm coletivos feministas que dão apoio psicológico para que a vítima faça a denúncia. Talvez se a gente tivesse uma outra configuração em outras instituições, isso também seria mais visível”.

Ganzarolli elencou as principais barreiras no enfrentamento desse tipo de violência.

Raízes da impunidade

DESIGUALDADE DE GÊNERO

“Estamos falando de uma violência que é fruto de uma desigualdade de poder estruturante, material e que permeia todas as esferas da vida das mulheres [em relação aos homens], inclusive na universidade, que é uma delas. A violência é só a pontinha do iceberg, ela é a parcela visível dessa desigualdade de poder”.

POUCAS PUNIÇÕES

“A gente vê uma mudança do debate na esfera pública em relação a esse tipo de violência. Isso é muito positivo, porque incentiva as mulheres vítimas a denunciarem, mas ainda não se vê o reflexo dessa transformação que a gente tem acompanhado nos últimos anos no Brasil no sistema de justiça. Precisamente porque há uma barreira estrutural, um problema cultural”.

NATUREZA PRIVADA DA VIOLÊNCIA

Segundo a advogada, o cenário dos elementos de prova na grande maioria dos casos de violência sexual é contar apenas com o depoimento do agressor e o depoimento da vítima, pelo fato de que a maioria desses crimes acontece entre quatro paredes. Apenas uma minoria dos casos de estupro deixa vestígios, lesões aparentes. Na maioria dos casos, não é possível concluir, com uma análise ginecológica da vítima, que houve violência.

DESVALORIZAÇÃO DA VÍTIMA

O depoimento das vítimas é constantemente posto em dúvida seja na delegacia ou nas instâncias universitárias. “Qualquer inconsistência nos depoimentos das vítimas, que deveriam ser consideradas naturais, resultado normal do stress pós traumático de uma violência como essa, é utilizada para depreciar e desmoralizar o depoimento da vítima, enquanto o depoimento do agressor é tomado sempre como verdade”, diz Ganzarolli. O resultado são as raríssimas condenações por estupro no Brasil.

A AVALIAÇÃO DE RISCO DAS UNIVERSIDADES

Ao lidar com uma denúncia de violência sexual, as universidades brasileiras consideram que, caso o acusado não seja condenado na esfera penal (o que é o mais provável), há grandes chances de que ele queira processar a instituição, disse Ganzarolli. “Eles fazem uma projeção do quanto isso vai custar do ponto de vista do ônus jurídico, financeiro e midiático”.

Esfera judiciária e administrativa: o que cabe a cada uma

A esfera administrativa (da universidade) e penal (da lei) são independentes. Ainda que o agressor não seja processado ou condenado, a comissão investigativa da universidade pode aplicar pena administrativa, como suspensão ou expulsão.

“A esfera administrativa não tem a mesma rigidez [que a penal], inclusive, ela tem maior facilidade em coletar provas, em entender o contexto, saber se o agressor é reincidente, porque está ‘mais próxima da realidade’”, diz Ganzarolli.

“Se a universidade tem um microscópio roubado por um funcionário, ela não aguarda a conclusão de um processo penal de furto, que pode transitar por dez anos, para pedir o reembolso desse valor ao servidor. Então o que faz a universidade pensar que ela tem que esperar a condenação – em um tipo de crime em que quase não há condenação – para dar uma pena administrativa a um agressor?”, questiona.

A advogada diz que a preocupação em não lesar o acusado é maior, nesses casos, à que é aplicada à saúde mental da vítima e a sua permanência na universidade. “No dia seguinte à agressão, a vítima continua convivendo com seu agressor no ambiente acadêmico. Quais as consequências mentais, psicológicas e também acadêmicas para ela?”, diz.

Medidas das universidades brasileiras

A USP tem hoje um órgão cujo objetivo é a igualdade de gênero no ambiente universitário, a promoção da produção científica de mulheres e o combate à violência, o USP Mulheres. Em 2015, foi criada também a Rede Não Cala, uma “rede de Professoras e Pesquisadoras pelo Fim da Violência Sexual e de Gênero na USP”, que dá suporte e assistência a vítimas de violência.

Na Medicina, foi criada em 2015 uma ouvidoria para receber “denúncias, críticas e queixas” de alunos, funcionários, professores e outros e o NAEE, Núcleo de Acolhimento e Escuta que pretende, segundo a faculdade, “dar apoio e orientação aos alunos dos cursos de graduação e residência médica, vítimas de violência ou em situação de vulnerabilidade”.

Na avaliação de Marina Ganzarolli, que chegou a prestar assistência jurídica a mulheres vítimas de violência no meio universitário, as instituições de ensino têm feito ainda muito pouco pelo combate desse tipo de violência.

“Campanhas têm sido feitas, e, depois de brigarmos muito, informações sobre violência sexual e de gênero dentro do campus começaram a ser incluídas no manual dos calouros, mas ainda de forma muito incipiente. As universidades não têm buscado alterar seus regimentos internos e códigos de ética para incluir punições específicas aos cinco tipos de violência descritos na legislação brasileira (física, psicológica, moral, sexual e patrimonial). Há muitas campanhas mas poucos avanços da punição dos agressores. Os escritórios criados por algumas universidades [como o USP Mulheres] não têm o orçamento nem o poder político necessário frente a uma reitoria heterossexual, branca e masculina que concentra o poder de decisão”.

Juliana Domingos de Lima

[Estados Unidos tem alto índice de impunidade por crimes de estupro](#)

(Radioagência Nacional, 11/06/2016) Embora nos Estados Unidos as leis sejam rigorosas para punir estupradores, a impunidade é alta. As estatísticas mostram que 98% dos agressores não passa um único dia detido.

Para organizações não governamentais e órgãos oficiais que atuam para prevenir os casos o maior desafio no país é a cultura do estupro.

No caso de estupros, somente 32% são denunciados. O silêncio está ligado diretamente a cultura do estupro que alivia a culpa do agressor e impõe a responsabilidade pelo ato ao comportamento da vítima.

O documentário independente Science foi feito por alunas universitárias, ambiente onde há um grande número de estupros ou assaltos sexuais. A estimativa é de que a cada cinco estudantes, uma já tenha sido vítima de algum tipo de agressão sexual nas universidades.

Acesse no site de origem: [Estados Unidos tem alto índice de impunidade por crimes de estupro \(Radioagência Nacional, 11/06/2016\)](#)

[Por que o estupro continua impune no Brasil](#)

(IstoÉ, 03/06/2016) Levantamento feito por ISTOÉ mostra que apenas 3% dos casos de violência sexual contra as mulheres terminam em condenações

Não fosse a troca de delegado no caso do estupro coletivo no Rio de Janeiro, um crime ocorrido em 21 de maio e que veio a público alguns dias depois, é provável que os agressores ficassem impunes. Com uma postura de questionamento da palavra da vítima e disposto a investigar seus antecedentes em vez de adotar essa conduta com os denunciados, Alessandro Thiers acabou afastado pelo Ministério Público do Rio por negligenciar o relato da adolescente violentada. Uma questão resolvida rapidamente graças à repercussão que o crime gerou. Estivesse fora dos holofotes, a investigação provavelmente entraria para uma preocupante estatística: 97% dos casos de estupro no Brasil não resultam em condenação.

ELES ESTÃO SOLTOS

O índice de processos e de condenações por estupro* é baixo em comparação como número de casos notificados – sinal de que a maioria dos agressores fica impune

2,5 mil

Foi a média anual de crimes de estupro registrados na cidade de São Paulo entre 2013 e 2014. É a capital com maior número de ocorrências

211

Foi a média de ações penais abertas no mesmo período na capital paulista

6 mil

É o número de presos por estupro no Estado de São Paulo. Representa cerca de metade das notificações

27%

É a proporção nacional entre notificações em delegacias e presos por este crime

Fontes: Anuário Brasileiros de Segurança Pública 2015, Departamento Penitenciário Nacional (Depen), Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
*Incluem estupro e estupro de vulnerável

Se comparada a estimativa de 500 mil agressões sexuais anuais à média de 13 mil pessoas presas pelo delito entre 2013 e 2014, somente cerca de 3% dos casos terminam com o acusado preso, segundo levantamento feito por ISTOÉ. O despreparo das autoridades faz os índices caírem drasticamente a cada passo do processo, que leva entre um e dois anos desde o registro de ocorrência à prisão do agressor. O recente episódio com o delegado Thiers ilustra bem esses indicadores.

Na cidade de São Paulo, capital brasileira com o maior número de registros de estupros anuais, a média de mulheres que foram à delegacia dar queixa entre 2013 e 2014 foi de 2,5 mil por ano, mas só cerca de 800 dessas notificações viraram inquéritos policiais. O decréscimo ocorre porque o crime de estupro exige que a vítima reafirme, em até seis meses após registrar o boletim de ocorrência, o desejo de o agressor ser processado. Muitas mulheres, porém, desistem de seguir com o processo.

É possível fazer isso no ato do boletim, mas é comum que as vítimas sejam desencorajadas. “No primeiro momento, elas costumam ser vistas como exageradas, histéricas. É assim na

sociedade, vai ser assim na delegacia. Então, quem colhe o depoimento acredita que, no prazo estipulado, elas vão mudar de ideia e desistir”, afirma a defensora pública de São Paulo Ana Rita Souza Prata, coordenadora-auxiliar do Núcleo Especializado de Promoção dos Direitos da Mulher (Nudem). A denunciante, por sua vez, desestimulada e traumatizada pela violência que sofreu, de fato abandona o caso. “É o primeiro funil”, diz a defensora.



FORÇA - Quarta-feira 1: Mulheres ocupam a avenida Paulista, em São Paulo, em manifestação contra a violência sexual (Foto: Reprodução)

O segundo funil é o encaminhamento da investigação policial para o Ministério Público, a fim de que seja aberta uma ação penal. Entre 2013 e 2014, uma média de 211 casos evoluíram para processos judiciais na cidade de São Paulo, o que representa 8,44% dos registros iniciais. “Muitas investigações policiais simplesmente não são concluídas.

Os agressores não são localizados e a denúncia morre ali”, afirma Ana Rita. Felizmente, o número reduzido de casos que chegam às mãos de um juiz dificilmente acaba em absolvição. “O crime é muito mal-visto no Judiciário e a regra é a condenação”, diz a advogada criminalista Priscila Pamela dos Santos.



SUSPEITOS - Acima, três rapazes que estão presos pelo estupro coletivo no Rio de Janeiro; abaixo, os outros três que estão foragidos (Foto: Reprodução)

Ao longo de todo o processo, porém, persiste um entrave para que o saldo de condenações seja mais alto: a dúvida sobre a validade da palavra da mulher como única prova. “Pelas circunstâncias do próprio crime, que acontece, regra geral, em espaço privado, não há outra forma de provar a não ser pelo depoimento”, diz Janaína Penalva, professora da faculdade de direito da Universidade de Brasília (UnB) e especialista em direitos das mulheres.

“É difícil esperar que a polícia, o Ministério Público e o Judiciário considerem o relato como deveriam, pois eles também operam sob estereótipos sexistas.” Para as especialistas consultadas, a solução para acabar com a impunidade no crime de estupro não passa por mudança na legislação, mas pela educação. E muito incentivo à discussão de gênero.

Camila Brandalise

Acesse no site de origem: [Por que o estupro continua impune no Brasil \(IstoÉ, 03/06/2016\)](#)

[O que faz do estupro crime sem castigo e](#)

[epidemia, por Eliane Trindade](#)

(Folha de S. Paulo, 31/05/2016) *Missoula, nos Estados Unidos, tem muito a ensinar ao Brasil neste momento em que o aparato de Estado foi acionado por aqui para investigar o estupro coletivo de duas adolescentes: uma de 16 anos, no Rio de Janeiro, e outra de 17 anos, no Piauí.*

Havia terminado de ler “Missoula - o Estupro e o Sistema Judicial em uma Cidade Universitária” (Ed. Companhia das Letras, 471 págs.), quando começou a circular nas redes sociais o vídeo no qual homens se vangloriavam de ter abusado do corpo inerte de uma mulher filmada desacordada.

Leia mais: [“Precisamos superar a cultura do machismo”, por Frederico Vasconcelos \(Folha de S. Paulo, 30/05/2016\)](#)

Os comentários eram tão chocantes quanto as imagens. A começar pelo post original no Twitter, no qual o usuário @michelbrazil7 escreveu entre risos “amassaram a mina”, “fizeram um túnel na mina, mais de 30”.

Sinais inequívocos de uma violação grupal, o caso começou a ser investigado pelas autoridades cariocas.

Para aqueles que ainda contestam a existência de uma “cultura do estupro”, basta ler a primeira manifestação oficial da Polícia Civil do Rio, tão enfática ao declarar não ter chegado à conclusão de que houve um estupro, logo após ouvir a vítima e os primeiros acusados.

“A gente está investigado se houve consentimento dela, se ela estava dopada e se realmente os fatos aconteceram. A polícia não pode ser leviana de comprar a ideia de estupro coletivo”, disse o delegado Alessandro Thiers, da Delegacia de Repressão a Crimes de Informática (DRCI).

O chefe da investigação seria afastado do caso, diante da óbvia leviandade de não levar em conta fatos registrados em vídeo e a palavra da vítima em confronto com a de alguns de seus algozes que chegaram sorrindo à delegacia.

Ao ouvir pela primeira vez a adolescente que teria passado por um trauma, o homem à frente das investigações endereçou à vítima um sem cerimônia “conta aí”, seguido de perguntas sobre a vida sexual da jovem.

No Piauí, o desfecho até o momento também pende para o lado dos estupradores confessos.

Quatro adolescentes que confirmaram ter estado na cena do crime e ter feito pelo menos sexo oral na garota desacordada foram liberados pelo juiz Heliomar Rios Ferreira, de Bom Jesus (a 732 km de Teresina).

O magistrado justificou que os adolescentes acusados, com idades entre 15 e 17, têm bons antecedentes e que a soltura não irá prejudicar o processo.

A perícia criminal teria comprovado conjunção carnal da vítima com o único maior do grupo,

um rapaz de 18 anos, encaminhado para o presídio local. Conclui, no entanto, que não se sabe “se houve violência sexual”.

A Justiça piauiense, que em 2015 se deparou com outro caso brutal de estupro coletivo de quatro jovens em Castelo do Piauí, quando as vítimas foram jogadas de um penhasco, parece ter ignorado um detalhe: a nova vítima, de 17 anos, foi encontrada seminua, em coma alcoólico e amordaçada com a própria roupa. Sua boca tinha isopor e havia sido amarrada para evitar que gritasse.

Se tais sinais não são de violência, o que se espera encontrar em uma cena de crime de estupro?

ESTUPRO DE INCAPAZ

No caso das duas vítimas recentes e notórias, ambas menores de idade, existe um agravante: o estupro é presumido, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente. Segundo a lei, os atos por si já configuram “estupro de incapaz”. Ponto.

Neste cenário pantanoso de início das investigações, as autoridades brasileiras deveriam ler o livro de Jon Krakauer para entender as engrenagens que acabam por penalizar a vítima de estupro e deixam estupradores impunes não só nos Estados Unidos, mas também em tantas outras latitudes.

Missoula, que dá nome à obra, é uma cidade universitária que vivenciou uma “epidemia” de estupros entre 2010 e 2012, a maioria envolvendo jovens estudantes na faixa dos 20 anos.

Alguns deles são casos de violações coletivas cometidas por jogadores do Griz, famoso time local de futebol americano.

O livro narra pormenorizadamente cinco estupros denunciados, dois deles levados a julgamento.

Todos exemplares quanto à percepção da sociedade e das autoridades sobre crimes de natureza sexual: as cinco mulheres tiveram que superar um segundo estupro psicológico e moral para levar adiante as denúncias, três delas arquivadas pela promotoria por falta de provas incontestes.

Embora em um dos casos arquivados o estuprador tenha carregado para casa como troféu a calça jeans da garota que deixou desacordada e nua, sobre roupas de cama ensanguentadas e outras marcas de violência comprovadas em exame de corpo de delito.

O livro mostra também a tenacidade de Alisson Huguet, que foi às últimas consequências para levar o jogador Beau Donaldson, seu amigo de infância, a ser condenado a 30 anos de prisão.

Astro promissor do time de futebol local, ele conseguiu um acordo para cumprir dez anos da pena e ter ou outros 20 suspensos, ao se considerar culpado por ter estuprado Alisson enquanto ela dormia em sua casa, após participar de uma festa.

No caso, o trabalho de um policial, que se mostrou incansável na busca de provas sem desacreditar a vítima a priori, foi fundamental para o desfecho condenatório.

Ao contrário de outros inquéritos também comandados pela polícia de Missoula, que

terminaram engavetados e os supostos estupradores impunes.

Em outro caso célebre, o “quarterback” Jordan Johnson foi absolvido por um júri popular pelo suposto estupro de Cecilia Washburn (nome fictício, usado pelo autor do livro).

No polêmico julgamento, foram desconsideradas evidências como o testemunho de um colega de apartamento da jovem que a viu sair do quarto após a relação sexual, segundo ela, não consensual. Em estado de choque, a vítima ainda teria dado carona ao agressor, que até então era seu amigo, fato que acabou usado pela acusação para desacreditá-la.

MEANDROS JURÍDICOS

Em “Missoula”, o escritor e jornalista percorre todo o processo judicial e também as investigações de caráter disciplinar conduzidas pela Universidade de Montana, onde estudavam muitas das vítimas e dos agressores.

Nas duas searas, revelam-se contradições e dificuldades de se fazer justiça em casos de crime sexual.

Ao longo de quase 500 páginas, em uma narrativa às vezes cansativa, aparecem outras violências quando vítimas de estupro decidem vir a público expor o ocorrido e cobrar punição.

Elas são “violentadas” por policiais que desacreditam de cara da denúncia, pois na “cultura do estupro” o benefício da dúvida recai sempre sobre o estuprador, em uma inversão completa de valores e papéis.

As mulheres são revitimizadas ainda na sucessão de exames físicos e psicológicos que as fazem reviver o trauma do ataque sexual.

E a violência final é ver todo esse roteiro de terror ser em vão, diante de um sistema judicial em que apenas um percentual ínfimo de casos são levados a julgamento, com a condenação efetiva do estuprador.

A impunidade e o silêncio são aliados de homens que se sentem confiantes para abusar sexualmente de uma mulher, frente a uma sociedade que prefere suspeitar da vítima do que enfrentar uma cultura machista.

Não basta ser vítima, a mulher tem que provar que é vítima e ainda por cima dentro de um sistema despreparado para ouvi-la e para ampará-la.

MULHERES MACHISTAS

E não são apenas os homens que assumem postura machista em casos de crimes sexuais. Em “Missoula”, é narrada a trajetória de uma ex-promotora pública encarregada de denunciar os casos de estupro na cidade, mas que engavetou inúmeras denúncias com argumentos no mínimo questionáveis.

Kristen Pabst mudou de lado em definitivo ao se desligar da promotoria para advogar na defesa de Johnson, o ídolo que saiu livre do tribunal pronto para reassumir sua carreira de sucesso como jogador.

O acusado de estupro contou inclusive com o apoio do departamento atlético da Universidade

de Montana para arrumar um famoso advogado para compor sua defesa no processo penal.

Na investigação disciplinar conduzida pela Universidade de Montana, o “quarterback” chegou a ser condenado à expulsão, mas recorreu. Durante a reavaliação do caso, foi contratado um consultor independente que concluiu que o depoimento de Johnson não era credível e que de fato havia provas claras e convincentes de que ele havia estuprado Cecilia. O parecer foi refutado e o decanato, a exemplo da Justiça, também declarou o réu inocente.

Em meio a tantas polêmicas, o Departamento de Justiça dos Estados Unidos decidiu investigar 80 casos de agressão sexual em Missoula. Ao final do processo, as autoridades federais denunciaram um mesmo padrão de desrespeito e indiferença em relação a supostas vítimas pelas autoridades locais.

São relatadas posturas que poderiam ser comparadas ao do delegado carioca e a do juiz piauiense. Após ouvir um estudante acusado de estupro, uma detetive se apressou em assegurar ao acusado de que estava certa de que ele não cometera um crime. “Temos um monte de casos em que as meninas relatam coisas de que elas não têm certeza, e então torna-se estupro”, justificou a policial encarregada de reunir provas para comprovar ou desqualificar a denúncia.

Da mesma forma, o chefe de polícia de Missoula enviou um artigo para uma estudante que apenas denunciara ter sido estuprada, citando dois estudos nos quais 45% das acusações de estupro eram falsas. Em estudos considerados sérios, o percentual de denúncias falsas giram entre 2% e 8% dos casos.

ATAQUE À VÍTIMA

Desacreditar a vítima e atacar a reputação das mulheres que denunciam estupro são outro padrão tanto em Missoula, como no Rio, no Piauí ou na Índia.

É o que faz a chamada “cultura do estupro” e a conseqüente epidemia de casos se disseminarem.

Seja em um morro carioca onde uma garota desacordada teria sido seviciada por 33 homens, inclusive com armas; seja em um ônibus em Nova Délhi, onde uma jovem de 23 anos foi barbarizada em 2012; seja numa festa regada a bebida em uma comunidade universitária dos Estados Unidos, onde uma estudante foi dopada por brutamontes que se vangloriaram de fazer sexo sem consentimento.

Neste último caso, os estupradores podem ter sido saudados entre os colegas como “gênios”, como definiu o apresentador Danilo Gentile em um post que apagou no Twitter.

Para as vítimas, os adjetivos que proliferam nas redes sociais são outros, bem mais depreciativos: vagabunda, galinha.

Outro padrão que demonstra o quão distante ainda estamos de fazer com que o estupro deixe de ser um crime sem castigo e do quanto somos cúmplices de toda uma engrenagem social, cultural e jurídica que naturaliza a violência contra a mulher.

[Acesse o PDF: O que faz do estupro crime sem castigo e epidemia, por Eliane Trindade \(Folha de S. Paulo, 31/05/2016\)](#)

Impunidade na Líbia contribui para abusos sexuais e assassinatos

(Rádio ONU, 25/02/2016) Relatório da ONU revela que todos os lados em conflito são responsáveis por violações que podem ser consideradas crimes de guerra; mulheres são alvo de abusos para “mostrar que não devem ter voz na esfera pública”.

As Nações Unidas afirmaram esta quinta-feira que as violações generalizadas de direitos humanos na Líbia podem ser consideradas crimes de guerra. Um relatório lançado pelo Escritório de Direitos Humanos cita a “piora dramática” da situação dos líbios e traz detalhes de abusos cometidos desde o início de 2014.

Segundo o alto comissário Zeid Al Hussein, integrantes de todos os lados do conflito, estatais ou não, são acusados de sérias violações, como execuções de pessoas mantidas em cativeiro.

Tortura

O relatório cita ataques indiscriminados em áreas residenciais, como em Trípoli e Bengazi, e tortura e tratamento desumano, especialmente em centros de detenção. Presos teriam sido torturados com cabos elétricos, teriam levado choques e há casos de pessoas que ficaram sem comida ou água.

Em 2011 foi iniciado o conflito armado na Líbia e desde então, milhares de pessoas continuam detidas, a maioria sem ter tido seus casos avaliados pela justiça. O relatório destaca também casos de desaparecimentos forçados, cometidos por forças do Estado e por grupos armados.

Mulheres

A violência contra as mulheres continua sendo uma realidade, já que várias ativistas líbias foram assassinadas nos últimos dois anos. Segundo o Escritório de Direitos Humanos, essas ações parecem ter um objetivo mais amplo: “enviar a mensagem de que as mulheres não podem ter voz na esfera pública”.

Uma mulher revelou ter sido raptada em Trípoli por integrantes de um grupo armado. Ela foi drogada e estuprada durante seis meses e afirmou que meninas também foram sujeitas à violação sexual, sendo que entre as vítimas estavam garotas de apenas 11 anos.

Recrutamento de Crianças

Defensores de direitos humanos e jornalistas também têm sido alvo de violações. Muitos foram assassinados, sequestrados ou sofreram ameaças. Os migrantes na Líbia sofrem exploração das autoridades e dos traficantes de pessoas, especialmente os civis da África Subsaariana.

Também foram reportados casos de recrutamento de crianças por grupos ligados ao Isil, que foram forçadas ao treinamento militar e religioso e algumas sofreram abusos sexuais.

O alto comissário da ONU para os Direitos Humanos declarou que outro fato que chama a atenção no relatório é a “completa impunidade que continua prevalecendo na Líbia”.

Recomendações

Zeid Al Hussein explica que o sistema judiciário não consegue garantir justiça no país, uma vez que muitos juizes e promotores também foram assassinados ou raptados. Apesar dos desafios, o relatório recomenda ação urgente para que grupos armados parem de atuar na Líbia e para que ocorra o desarmamento no país.

Outra recomendação é para que a comunidade internacional garanta que o Tribunal Penal Internacional, TPI, tenha os recursos necessários para investigar e julgar as violações citadas no relatório.

Recentemente, a revolução na Líbia que levou à queda do regime de Muammar Khadafi completou cinco anos.

Leda Letra

Acesse no site de origem: [Impunidade na Líbia contribui para abusos sexuais e assassinatos \(Rádio ONU, 25/02/2016\)](#)

Abuso sexual: o silêncio das vítimas só contribui para a impunidade, por Viviane Bevilacqua

(Diário Catarinense, 16/02/2016) Desde a notícia, na manhã de terça-feira, da prisão do médico nutrólogo Omar César Ferreira de Castro, de 66 anos, em seu consultório no Centro de Florianópolis, por suspeita de abusar sexualmente de suas pacientes, muitas mulheres criaram coragem para contar que também teriam sido molestadas pelo mesmo homem. É sempre assim: com medo do que pode acontecer, ou por sentirem vergonha e até culpa pelo ocorrido, muitas vítimas preferem calar e guardar para si a dor, a raiva e a humilhação que sentiram na hora do abuso. Agindo desta forma, entretanto, os assediadores acabam sempre se dando bem. Tomara que não seja este o caso. Se confirmadas as denúncias, o mínimo que se espera é que Castro fique bastante tempo preso e tenha seu registro profissional cassado.

O que tem me chamado muito a atenção neste caso é a postura de algumas pacientes, que mesmo desconfiando de que existiam más intenções nas atitudes *carinhosas* do nutrólogo ao longo do tempo, continuaram frequentando o consultório, sob a alegação de que ele era *bom médico*, pois as ajudava a emagrecer, *sem muitos sacrifícios*. Uma paciente escreveu nos comentários de uma rede social: *Ele assediava qualquer uma. Como tinha medo de que alguém gravasse as conversas, mandava deixar a bolsa perto da porta*. Outra, acrescentou: *Sempre achei ele muito engraçadinho nas consultas, com suas piadinhas idiotas*, comentário que foi

reiterado por uma terceira mulher: *Sempre achei ele um abusado com suas piadinhas...* O que muito me admira é que elas _ e várias outras mulheres _ tenham voltado para novas consultas com o mesmo médico, que, ao que parece, era bem mais “amoroso” com suas clientes do que prevê o código de ética médica, o qual deve ser cumprido numa relação entre os médicos e seus pacientes.

Uma jovem conseguiu resumir em poucas palavras o que, provavelmente, outras pacientes do médico devem estar sentindo neste momento: *Muitas mulheres, assim como eu, estão lendo esta notícia agora e pensando: eu sabia, eu sentia algo. Não eram normais os carinhos dele, os beijos, os abraços. Ele não era um velhinho queridinho e meio taradinho, coisa de velho, como eu pensava. Era falta de respeito sim, e aquela sensação estranha com que íamos para casa, depois das consultas, tinha fundamento. Não sofri um abuso explícito, nem estupro, que bom. Mas o comportamento que ele tinha comigo e com minhas amigas só comprova que tudo isso o que está vindo a tona agora ocorreu de fato.*

Várias outras histórias estão aparecendo, como é comum em casos assim. Que toda a verdade seja conhecida e que a impunidade não prevaleça, como já vimos acontecer tantas vezes no Brasil. Fica, porém, uma lição. Sempre que desconfiar que está sendo vítimas de um abuso sexual, seja de quem ele partir, a vítima deve denunciar, ou, se tiver medo de represálias, pedir ajuda para alguma pessoa de confiança. Reagir, porque só assim esse tipo de crime poderá ser combatido. Ficar em silêncio não vai trazer a dignidade de volta. Só quem ganha com isso é o abusador.

Acesse no site de origem: [Abuso sexual: o silêncio das vítimas só contribui para a impunidade, por Viviane Bevilacqua \(Diário Catarinense, 16/02/2016\)](#)

[Depois de CPI, ex-PM é único réu de casos de estupro na USP](#)

(O Estado de S. Paulo, 11/01/2016) O estudante da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP) Daniel Tarciso da Silva Cardoso, de 34 anos, acusado pelo Ministério Público de estuprar uma aluna de enfermagem em uma festa da universidade em 2012, também foi policial militar, entre 2004 e 2008. Naquele período, matou um homem com oito tiros durante uma briga em um bloco de carnaval.

Leia também: [De 10 estupros levados a CPI, 3 viram sindicância e só 1 aluno da USP é punido \(O Estado de S. Paulo, 02/01/2016\)](#)

Ele foi o único aluno, considerando as dez acusações de estupro levadas à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Trote, que sofreu punição. A CPI, que durou de dezembro de 2014 a março de 2015, apurou casos de violações de direitos humanos em instituições de ensino paulistas.

Inicialmente a USP havia decidido que o estudante ficaria suspenso por seis meses. Como o

caso ainda não havia sido concluído na Justiça e houve forte pressão de parte dos alunos e professores, a punição foi prorrogada, em outubro de 2014, para mais um ano. Caso não haja nova sanção, Cardoso concluirá a graduação neste ano.

Leia a íntegra no Portal Compromisso e Atitude: [Depois de CPI, ex-PM é único réu de casos de estupro na USP \(O Estado de S. Paulo, 11/01/2016\)](#)